

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO
Membro de Comitê de Auditoria Estatutário

Verificação dos requisitos e vedações exigidos para a indicação de membro do comitê de auditoria estatutário de empresa estatal cuja receita operacional bruta seja igual ou superior a R\$ 90 milhões.

A. DADOS PESSOAIS

1. Nome completo:
2. Nome social:
3. CPF:
4. Nº do título de eleitor:
5. Gênero: () feminino () masculino () outro
6. Telefone profissional:
7. Telefone residencial:
8. E-mail profissional:
9. E-mail pessoal:
10. Raça/cor: () indígena () branca () preta () parda () amarela
11. Pessoa com deficiência: () sim () não

B. REQUISITOS

13. Possui formação acadêmica (graduação e/ou pós-graduação), reconhecida ou credenciada pelo Ministério da Educação, compatível com o cargo para o qual foi indicado(a) ([inciso II do § 5º e § 6º do art. 39 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016](#))?

() Sim () Não

- Anexar cópia do diploma de graduação (frente e verso) ou cópia do certificado de pós-graduação (frente e verso) reconhecido ou credenciado pelo Ministério da Educação.
- A formação acadêmica pode ser comprovada por meio de evidências extraídas de bases oficiais, a exemplo do SOUGOV.BR.

14. Possui conhecimento e reconhecida experiência profissional em auditoria ou em contabilidade societária ([§2º do art. 25 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016](#), e [inciso I do § 5º do art. 39 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016](#))?

() Sim () Não

- Descreva resumidamente sua experiência profissional e formação técnica que justifiquem sua resposta. Caso seu perfil atenda também o [§2º do art. 25 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016](#), indique como a experiência profissional em contabilidade societária pode ser reconhecida.

15. Tem residência no Brasil ([inciso IV do art. 57 c/c inciso III do § 5º do art. 39 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016](#))?

() Sim () Não

16. Assinale os itens que representem sua experiência profissional e, em seguida, preencha a tabela que segue. Das experiências constantes nos itens (“a” – “c”), abaixo, é necessário assinalar apenas aquela(s) que possa(m) ser comprovada(s) documentalmente pelo tempo requerido ([inciso IV do §5º do art. 39 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016](#)).

- ☐ A tabela que segue deverá ser preenchida com as datas de início e fim (dia, mês e ano) da experiência declarada.

() a. Três anos como diretor estatutário ou membro de Conselho de Administração, de Conselho Fiscal ou de Comitê de Auditoria Estatutário de empresa de porte semelhante ou maior que o da empresa estatal a que concorrer ([alínea “a” do inciso IV do §5º do art. 39 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016](#));

() b. Cinco anos como sócio ou diretor de empresa de auditoria independente registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM ([alínea “b” do inciso IV do §5º do art. 39 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016](#));

() c. Dez anos como cargo gerencial em área relacionada às atribuições do Comitê de Auditoria Estatutário ([alínea “c” inciso IV do §5º do art. 39 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016](#)).

Experiência profissional declarada

Alínea selecionada	Data de início da função declarada (dia, mês e ano)	Data de início da função declarada (dia, mês e ano)	Função exercida	Documento comprobatório

- ☐ Sem prejuízo do envio de currículo detalhado, solicita-se informar, no campo abaixo detalhes sobre sua atuação profissional (pública ou privada), eventual participação em Conselhos de Administração, Conselhos Fiscais ou Comitês estatutários e participação societária própria ou de parentes até o terceiro grau nos últimos três anos:

- Exemplos de documentos comprobatórios a serem apresentados para os requerimentos constantes dos itens (“a” - “c”):
 - Portarias de nomeação e de exoneração ou extrato de sistema de gestão pessoas com a contagem efetiva de exercício;
 - Declaração da empresa/órgão/instituição onde tenha atuado profissionalmente;
 - Registros de contratos de trabalho na Carteira Nacional de Trabalho e Previdência Social – CNTPS;
 - Extratos do Portal da Transparência que informem sobre vínculos com o setor público; e
 - Outros comprovantes de efetivo exercício como profissional liberal.
- A experiência no serviço público pode ser comprovada por meio de evidências extraídas de bases oficiais, a exemplo do SOUGOV.BR.
- É necessário destacar o conteúdo relevante nos documentos comprobatórios da experiência declarada para a facilitar sua identificação.

17. Possui notório conhecimento compatível com o cargo para o qual foi indicado(a) [\(inciso II do §5º do art. 39 c/c inciso II do art. 28 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016\)](#)?

() Sim () Não

- O notório conhecimento pode ser atendido, a título exemplificativo, com as seguintes formações ou experiências compatíveis com o cargo para o qual foi indicado, entre outras:
 - pós-graduação, mestrado ou doutorado;
 - produção técnica ou científica na forma de artigos publicados em revista científica;
 - cursos de extensão; ou
 - cursos disponibilizados pela Escola Nacional de Administração Pública – Enap ou em plataformas de educação corporativa das empresas.

18. Qual é o elemento de formação ou experiência mais aderente para indicar seu notório conhecimento compatível com o cargo de membro do comitê de auditoria estatutário?

- Solicita-se apresentar a título de documentos comprobatórios (lista exemplificativa):
 - certificado de especialização ou diploma de mestrado ou doutorado (cópia frente e verso);
 - declaração/certificado de realização de outros cursos;
 - artigo(s) publicado(s);
 - declaração da empresa/órgão onde tenha trabalhado; ou
 - outros que entender pertinentes.

19. Cumpre as exigências do Estatuto Social e da empresa estatal para a qual foi indicado(a)?

() Sim () Não

C. VEDAÇÕES - AUTODECLARAÇÕES PARA CANDIDATURA AO EXERCÍCIO DO CARGO DE MEMBRO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO EM EMPRESA DE MAIOR PORTE

Declaro, sob as penas da lei, nos termos do [§1º do art. 25 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, dos §1º e §2º do art. 39 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013](#), e do Estatuto Social da empresa estatal, que não me enquadrado em quaisquer vedações legais, regulamentares ou estatutárias aplicáveis à candidatura ao cargo de membro do Comitê de Auditoria Estatutário, incluindo, mas não se limitando a:

- impedimentos decorrentes do exercício de cargos, funções ou vínculos profissionais incompatíveis com a independência exigida para o desempenho da função;
- condenações ou sanções administrativas, civis ou penais que comprometam minha idoneidade ou reputação;
- situações atuais ou potenciais de conflito de interesses, nos termos da legislação vigente;
- hipóteses de inelegibilidade ou restrições aplicáveis ao exercício de funções de administração ou fiscalização em empresas estatais;
- exercício de atividades profissionais ou empresariais incompatíveis com o cargo;
- participação em decisões ou estruturas que possam gerar conflito entre interesses públicos e privados.

Declaro, ainda, ter ciência de que, nos termos do Parecer nº 26/2024 (Processo SEI nº 00190.104564/2020-82), da Consultoria Jurídica junto à Controladoria-Geral da União:

- é vedada a participação de servidores públicos efetivos da Administração Pública federal direta e indireta em Comitês de Auditoria Estatutários de empresas estatais federais, inclusive nas empresas de menor porte;
- o servidor ocupante de cargo em comissão em autarquia ou fundação que possua atuação relacionada aos negócios da empresa estatal está impedido de integrar o respectivo Comitê de Auditoria Estatutário;
- o servidor ocupante de cargo em comissão em autarquia ou fundação que não possua atuação relacionada aos negócios da empresa estatal somente poderá integrar o Comitê de Auditoria Estatutário caso inexistente conflito de interesses e atendidos os demais requisitos legais.

Declaro que não consto da relação de responsáveis com contas julgadas irregulares ou considerados inidôneos ou inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança em processos conduzidos pelos órgãos de controle.

Declaro ser cidadão de reputação ilibada, nos termos do [inciso II do § 5º do art. 39 c/c inciso I do art. 28 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016](#), com trajetória profissional e pessoal pautada pela observância dos princípios da legalidade, moralidade, ética, integridade, responsabilidade e interesse público, não havendo registro de condutas, sanções ou ocorrências que desabonem minha idoneidade ou comprometam a confiança necessária ao exercício do cargo para o qual fui indicado(a). Afirmo, ainda, que mantenho conduta compatível com os deveres de diligência, lealdade e probidade exigidos para o exercício da função para a qual fui indicado(a), observando os padrões éticos e normativos aplicáveis.

Declaro, ainda, que tenho conhecimento de que configuram conflito de interesse no exercício de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo Federal as situações constantes do art. 5º da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, que não me enquadro nos impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego, nele relacionados e não estou incluído(a) na lista de responsáveis a quem o Tribunal de Contas da União declarou irregulares, inidôneos(as) e inabilitados(as).

Local e data

Assinatura do(a) indicado(a)

D. VEDAÇÕES COMPLEMENTARES - AUTODECLARAÇÃO PARA CANDIDATURA AO EXERCÍCIO DO CARGO DE MEMBRO DE COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO *(Preencher apenas caso se enquadre nessa situação).*

Declaro não atuar como membro(a) remunerado(a) em mais de 2 (dois) órgãos colegiados de empresa pública, sociedade de economia mista ou de suas subsidiárias, incluídos Conselhos de Administração e Fiscal e Comitês, conforme disposto no art. 20 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e no art. 35 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

Declaro, ainda, que tenho ciência da vedação acima descrita e que, caso já tenha participação remunerada em 2 (dois) órgãos colegiados de empresas públicas, sociedades de economia mista ou de suas subsidiárias, renunciarei à remuneração de um deles ou àquele do cargo para o qual estou sendo indicado(a), para atender ao limite legal estabelecido na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e no Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

Local e data

Assinatura do(a) indicado(a)

Caso o(a) indicado(a) já atue como membro(a) de Conselho de Administração, Fiscal ou de Comitê de empresa pública, sociedade de economia mista ou de suas subsidiárias, bem como de empresas que a União ou empresa estatal detenha participação minoritária, deverá preencher o quadro abaixo elencando a quais conselhos está vinculado(a):

Relação de órgãos colegiados em que o(a) indicado(a) participa na data de assinatura desse formulário

Empresa	Órgão Colegiado	Remunerado (Sim ou Não)	Início	Fim ¹ (Previsão)

[1] Preencher a data prevista de término do prazo de gestão (CA), prazo de atuação (CF) ou mandato (Comitê).

E. AUTODECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA – COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Declaro, para os devidos fins, que atendo aos requisitos de independência aplicáveis ao exercício do cargo de membro do Comitê de Auditoria Estatutário, nos termos do [Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016](#), e das normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Declaro, ainda, que não mantenho vínculo profissional, comercial ou familiar relevante com a empresa estatal ou com sociedades de seu conglomerado que possa comprometer minha independência, bem como não me enquadro em situações de conflito de interesses.

Comprometo-me a comunicar eventual alteração superveniente dessas condições.

Local e data

Assinatura do(a) indicado(a)

F. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Declaro ciência de que o tratamento de meus dados pessoais decorre do cumprimento de obrigação legal pelo controlador, nos termos do art. 7º, *caput*, inciso II, e art. 11, *caput*, inciso II, alínea “a”, da [Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), para fins de instrução do processo de indicação quanto à verificação de conformidade acerca dos requisitos e vedações legais previstos na [Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016](#), e no [Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016](#).

Local e data

Assinatura do(a) indicado(a)

Declaro estar ciente das possíveis penalidades cíveis, administrativas e penais que eventuais declarações falsas podem acarretar. Afirmo que todas as informações prestadas e comprovantes anexados são exatos, verdadeiros e sem rasuras de qualquer espécie, considerados, assim, hábeis para utilização para a análise dos requisitos e vedações para ocupação da função para a qual fui indicado(a).

Local e data

Assinatura do(a) indicado(a)